

Embasamento para demolir

Desde o início do governo, Arruda vem reiterando a postura de que não vai permitir invasões "de ricos ou pobres". A determinação dada pelo governador à força-tarefa é de que sejam detalhados todos os aspectos jurídicos e ambientais da questão a fim de traçar as estratégias de demolição, dessa vez não-espontânea. "Ele quer dar início às demolições certo de que não haverá qualquer questionamento que impeça a ação", contou uma fonte próxima ao governador.

A equipe técnica da Subsecretaria de Meio Ambiente ainda está analisando a última resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que abriu exceções para a ocupação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) em casos de interesse público, social ou atividades de baixo impacto. A faixa de 30 metros à margem do Lago Paranoá é considerada uma APP e nessa área podem ser permitidas construções de vias de acesso, ciclovias, tubulações para captar de água, rampas de lançamento de barcos e ancoradouros.

O subsecretário Gustavo Souto Maior acredita que a resolução não deve trazer grandes alterações com relação à orla do lago. Mas, para garantir que não terá nenhum problema, recomendou a análise técnica que deve ser entregue ao governador até sexta-feira que vem.